



UNIÃO GERAL DE TRABALHADORES

Nº06 | JUNHO | 2019

DOCUMENTOS INTERNACIONAIS RELEVANTES

Cofinanciado por:



Orçamento da UE para 2020: Emprego, crescimento e segurança no centro das propostas da Comissão

Este orçamento é o sétimo e último ao abrigo do atual orçamento de longo prazo da UE para 2014-2020 e insere-se nos limites neste fixados. Foi concebido para otimizar o financiamento dos programas existentes e das novas iniciativas e para reforçar o valor acrescentado europeu, em consonância com as prioridades da Comissão Juncker.

A proposta orçamental da Comissão para 2020 destina as dotações aos seguintes domínios prioritários: competitividade económica e juventude; reforço da segurança e da solidariedade na UE e além-fronteiras; alterações climáticas.

Uma percentagem de 21 % do orçamento total proposto para 2020 destina-se a combater as alterações climáticas, em consonância com a ambiciosa meta de gastar 20 % do atual orçamento de longo prazo da UE em atividades com essa finalidade.

- [Mais informações](#)

Pacote Primavera 2019 do Semestre Europeu: Comissão formula recomendações aos Estados-Membros para promover o crescimento económico sustentável e inclusivo

A Comissão Europeia apresentou este mês as recomendações específicas por país relativas a 2019, que definem orientações de política económica para todos os Estados-Membros nos próximos 12 a 18 meses. A Comissão recomendou igualmente que se encerrasse o procedimento de défice excessivo em relação a Espanha e adotou uma série de documentos no âmbito do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

A economia europeia está a crescer pelo sétimo ano consecutivo e esta tendência deverá manter-se em 2020, pois não obstante as condições menos favoráveis e as incertezas a nível mundial, as economias de todos os Estados-Membros estão em expansão. O número de pessoas empregadas atingiu um valor recorde e a taxa de desemprego um nível excecionalmente reduzido. Simultaneamente, existem ainda disparidades significativas entre os países, as regiões e os grupos da população. Neste contexto, a Comissão apela aos Estados-Membros para que consolidem os progressos realizados nos últimos anos. A

execução de reformas eficazes, de estratégias de investimento bem orientadas e de políticas orçamentais responsáveis continua a impulsionar a modernização da economia europeia.

Mais informações:

- [Nota sobre o Pacote Primavera 2019 do Semestre Europeu:](#)
- [Comunicação geral introdutória sobre as recomendações específicas por país 2019](#)
- [Recomendações específicas por país – 2019](#)

CES apela aos governos europeus para que se apressem a implementar a Diretiva de Equilíbrio entre a Vida Profissional e a Privada

Na véspera da aprovação da Diretiva de Equilíbrio entre a Vida Profissional e a Privada por parte do Conselho de Emprego, Política Social, Saúde e Proteção do Consumidor (EPSCO), a Confederação Europeia de Sindicatos (CES) apelou aos Estados Membros para que tomassem medidas urgentes no sentido de transpor para a lei nacional e implementar estes novos direitos para os trabalhadores e suas famílias.

“Este é o primeiro avanço legislativo a sair do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e é crucial para mostrar aos cidadãos europeus que comporta melhorias significativas para as suas vidas”, disse a Secretária-Geral da CES, Esther Lynch. Manifestando total apoio junto dos sindicatos filiados na confederação e apelando ao seu envolvimento ao longo de todo o processo, a CES salientou dois elementos fundamentais da lei: as licenças parentais e de cuidador devem ser remuneradas e a licença paternal deve criar um sentimento de responsabilidade partilhada e promover uma participação plena das mulheres no local de trabalho.

- **Artigo completo:** <https://www.etuc.org/en/pressrelease/etuc-urges-eu-governments-move-rapidly-implement-work-life-balance-directive>

Relatório publicado pela Confederação Sindical Internacional (CSI) revela violações aos direitos dos trabalhadores por toda a Europa

O relatório “[Índice de Direitos Globais 2019](#)”, publicado em junho pela CSI, revela alguns dados alarmantes, entre os quais:

- 40% dos países europeus não garantiu aos seus trabalhadores o direito à sindicalização em 2019;
- 50% dos países europeus violou direitos relativos à contratação coletiva em 2019, mais 30% do que em 2018;
- Países como a Grécia e a Turquia foram classificados como “países que não garantem direitos aos trabalhadores”, a Bósnia e a Romênia como “países que violam direitos sistematicamente”, a Espanha e o Reino Unido como “países que violam direitos com regularidade” e a França, Bélgica e Portugal como “países que violam direitos repetidamente”;
- Empresas como a Ryanair, Amazon, Uber, Goodyear e Renault violaram direitos dos trabalhadores em determinados países da Europa.

O relatório sublinha ainda um aumento preocupante de trabalhadores ameaçados, detidos e mortos na Europa.

Nova convenção da OIT confere direito ao trabalho sem violência nem assédio

Representantes sindicais presentes na Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizada este mês em Genebra chegaram a acordo com empregadores e governos a respeito de uma convenção mundial para a eliminação da violência e assédio no mundo do trabalho.

A convenção estabelece pela primeira vez um direito universal e único que confere a todos um ambiente de trabalho livre de violência e assédio, exigindo a países de todo o mundo que implementem leis que proíbam e sancionem a violência e o assédio no trabalho e que obriguem os empregadores, após consulta dos trabalhadores e seus sindicatos, a formular uma política de prevenção e combate à violência e assédio.

- **Artigo completo:** <https://www.etuc.org/en/pressrelease/new-ilo-convention-gives-right-work-without-violence-and-harassment>

Declaração Centenária da OIT vincula governos e empregadores ao emprego pleno e ao trabalho digno

A nova Declaração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o “Futuro do Trabalho” – aprovada durante a conferência centenária realizada em junho – exige que governos e empregadores atuem em conjunto com os sindicatos e redobrem os seus esforços no sentido de garantir trabalho digno numa economia global profundamente alterada pelo comércio livre e pela desregulamentação, digitalização e alterações climáticas.

A Declaração Centenária apela a todos os seus membros – governos, empregadores e sindicatos de 187 países – para que cooperem, através do diálogo social, com vista a:

- Emprego pleno e trabalho digno, incluindo políticas comerciais, industriais e setoriais que promovam o trabalho digno;
- Uma proteção adequada, incluindo um salário mínimo adequado (estatutário ou negociado) e segurança e saúde no trabalho;
- Igualdade de género;
- Aprendizagem ao longo da vida e educação de qualidade para todos;
- Acesso universal a uma proteção social compreensiva e sustentável;
- Uma proteção de dados pessoais e privacidade adequada;

E apela à OIT para dirigir os seus esforços no sentido de uma abordagem ao futuro do trabalho centrada nas pessoas, incluindo um reconhecimento eficaz do direito à negociação coletiva.

- **Artigo completo:** <https://www.etuc.org/en/pressrelease/ilo-centenary-declaration-commits-governments-and-employers-full-employment-and-decent>

Relatório “Indústria 2030” é um passo em frente rumo a transições justas

Segundo um novo relatório da UE sobre o futuro da indústria, as alterações climáticas e a digitalização são alguns dos desafios que deverão ser enfrentados de forma socialmente justa. Intitulado “Uma visão para a indústria europeia até 2030”, o relatório publicado pela Comissão Europeia é o resultado de uma reunião de alto nível realizada em dezembro de

2017 entre sindicatos, empregadores e peritos, com o fim de traçar uma política industrial para a UE.

O relatório coloca a indústria europeia num percurso rumo a uma economia de cooperação inovadora, sustentável, competitiva e centrada nas pessoas que respeita os limites planetários” e propõe um plano de ação que contemple um investimento maciço em inovação nas tecnologias digital e de baixo ou nenhum carbono, um compromisso para com um comércio internacional justo e regado e uma inclusão social que não deixe nenhum trabalhador ou região para trás. Propõe ainda o fomento de uma cultura de “diálogo social” tripartido a todos os níveis, que os sindicatos consideram essencial para alcançar uma transição socialmente justa.

- **Artigo completo:** <https://www.etuc.org/en/pressrelease/industry-2030-report-step-towards-just-transitions>

Salários mínimos em 2019 – uma análise anual

Na maioria dos estados-membros da UE, a revisão do salário mínimo legal suscita o interesse do público em geral. Estas revisões afetam os trabalhadores num sentido mais amplo, para além daqueles que auferem o salário mínimo. As tabelas remuneratórias das convenções coletivas poderão ser alteradas em resposta a um aumento no salário mínimo, afetando os trabalhadores menos bem remunerados de uma forma mais geral; os benefícios sociais poderão também ser afetados, tornando o impacto destas revisões ainda mais vasto.

Este relatório da Eurofound analisa os desenvolvimentos ao nível dos salários mínimos legais na UE e Noruega entre 2018 e 2019, desde como foram fixados e como evoluíram em termos nominais e reais, abrangendo ainda grandes debates realizados em torno do seu estabelecimento e taxas mínimas de algumas convenções coletivas celebradas em países sem salário mínimo legal, bem como taxas de abrangência de trabalhadores com salário mínimo por género.

- [Descarregar relatório](#)

Cooperativas e empresas sociais: o trabalho e o emprego em cinco países

As cooperativas e as empresas sociais são reconhecidas pela sua resistência às alterações económicas cíclicas e estruturais e pela sua capacidade de contribuir para o desenvolvimento económico local e regional, incluindo a inclusão social. Em anos mais recentes, tem sido dada especial atenção à sua capacidade para cumprir com os objetivos políticos da UE ao nível da criação de mais e melhores empregos, contrariando as tendências do emprego atípico e promovendo a integração na UE após a crise financeira mundial de 2008.

Baseando-se em estudos de caso de empresas em cinco países da UE (Itália, Polónia, Espanha, Suécia e Reino Unido), este relatório da Eurofound investiga o contributo das cooperativas e empresas sociais europeias para a criação e retenção de emprego, descrevendo as características dos empregos criados e retidos e demonstrando as várias medidas de apoio usadas pelas organizações para desenvolver e inovar.

- [Descarregar relatório](#)